



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - SJRO-SELIT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 43/2020

Processo Administrativo n. 0003875-03.2018.4.01.8012

Pregão Eletrônico n. 18/2020

Vigente de 01/01/2021 a 31/12/2021.

A **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA – SJRO**, inscrita no CNPJ n. 05.429.264/0001-89, sediada na Avenida Presidente Dutra, n. 2.203, Baixa da União, Porto Velho, neste ato representada pela Diretora da Secretaria Administrativa, **ALINE FREITAS DA SILVA**, de acordo com a representação outorgada pela Portaria SJRO-Diref 10470754, considerando o resultado homologado do Pregão Eletrônico supracitado, observadas as disposições contidas na Lei n. 10.520/2002, no Decreto n. 10.024/2019, no Decreto n. 7.892/2013, na Lei Complementar n. 123/2006, no Decreto n. 8.538/2015 e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666/1993, no Edital do Pregão Eletrônico e no Processo Administrativo Eletrônico em referência, **RESOLVE** registrar os preços de **UNIFORMES**, para eventual aquisição, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **UNIFORMES**, conforme especificações, preços e quantidades previstos na cláusula terceira, deste instrumento.

1.1.1. Registra-se que o Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n. 18/2020, documento 11518438, é parte integrante deste instrumento, assim como a proposta vencedora, documento 11970092, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR

2.1. Os materiais registrados nesta Ata de Registro de Preços serão adquiridos, no interesse da Administração, pelo seguinte FORNECEDOR:

FORNECEDOR	
Nome Empresarial	ELLEN MOALLEM & CIA LTDA
CNPJ/MF	08.084.695/0001-49
Endereço	Rua Dr. Hoffmann, 220, Sala 102 – Morro Chic, 37.500-086, Itajubá – MG
Telefone/Fax	(35) 3622-4466 e (35) 3622-4866
Endereço eletrônico	habib@habib-decoracoes.com.br

REPRESENTANTE LEGAL	
Nome Completo	HABIB EL MOALLEM
CPF/MF	487.158.596-49
Cargo/Função	Representante Legal

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS

3.1. As especificações do objeto, quantidade geral, considerando órgão gerenciador e órgão participante, quando cabível, e os preços registrados serão fornecidos conforme indicado a seguir:

QUADRO GERAL – ÓRGÃO GERENCIADOR							
(Seção Judiciária de Rondônia)							
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM (COM MARCA E MODELO)	UND	QUANTIDADES			VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			TOTAL DO REGISTRO	LIMITE POR ADESÃO	LIMITE DE ADESÃO		
04	CAMISA GOLA POLO MEIA MANGA COR PRETA. Camisa polo confeccionada em malha Piquet Liso, 58% algodão, 34% poliéster e 08% elastano, gramatura 2012g/m ² na cor preta. Confeccionadas nos tamanhos P, M, G, GG, e EXG, conforme quantidades solicitadas pelos requisitantes no momento da aquisição. Gola canelada algodão com elastano, com 75 mm de largura. Deverá ser aplicado reforço da mesma matéria prima, para efeito de acabamento. Abertura do peitilho com 150	Unid.	108	54	216	38,00	4.104,00

mm frontal do lado direito, com transpasse de 35 mm do mesmo lado. Abotoamento com dois botões de quatro furos, no tamanho de 10 mm de diâmetro, com casas no tamanho de 12 mm, no sentido vertical. O botão deve ter as faces polidas e levemente abauladas, com depressão central, contendo 4 (quatro) furos. Composição: 100% poliéster, de consistência dura e indeformável pelo calor. Manga curta comum, com ribana 25 mm, barra em abertura V nas laterais. Frente: Do lado esquerdo, na altura do peito, logomarca da Justiça Federal na cor branca, logo abaixo a inscrição JUSTIÇA FEDERAL, e mais abaixo Seção Judiciária em Rondônia. Do lado direito, na altura do peito, a palavra AGENTE, em fonte tipo Arial Black 62, em letras maiúsculas, na cor dourada. Costas: inscrições JUSTIÇA e abaixo FEDERAL na cor amarela, padrão Arial, 4,5 cm de altura. Manga esquerda: Bandeira

do Brasil com 6 cm de largura e 4,5 cm de altura, abaixo 8,5 cm da costura do ombro. Manga direita: logomarca da Justiça Federal mediando 6 cm de altura por 5,5 cm de largura, abaixo 8,5 cm da costura do ombro. Todas as inscrições e brasões deverão ser pintadas diretamente no tecido (silk screen).							
VALOR TOTAL GERAL (R\$)							4.104,00

3.2. Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as exigências da contratação, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validades e garantias.

3.3. Salvo previsão expressa na especificação do objeto, não serão aceitos materiais que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento ou que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

3.4. As embalagens dos materiais deverão conter as respectivas especificações técnicas e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc).

3.5. O período de garantia deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses e será contado a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Seção de Segurança, Vigilância e Transporte – Sevit.

3.6. Na hipótese de materiais importados, a cada aquisição será obrigatória a comprovação da origem do item adquirido e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, em conformidade com o artigo 3º, inciso III, do Decreto 7.174/2010, quando aplicável.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, não podendo ser prorrogada.

4.1.1. As quantidades registradas são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se à ADQUIRENTE o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir algum item especificado.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA

5.1. No Órgão Gerenciador: os materiais serão recebidos por servidores do ADQUIRENTE, designados por meio de Ordem de Serviço pelo Diretor do Foro da Seção Judiciária de Rondônia no seguinte endereço:

a. **Seção Judiciária de Rondônia** sito à Avenida Presidente Dutra, 2203 – Bairro Baixa da União, 76.805-902, Porto Velho/RO, de segunda-feira a sexta-feira das 09h às 17h.

5.2. No Órgão Participante: não há itens registrados para outros órgãos, nesta Ata.

5.3. A nota de empenho deverá ser recebida pelo FORNECEDOR no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a remessa pelo ADQUIRENTE.

5.3.1. O não recebimento da nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a remessa pelo ADQUIRENTE, sem a devida justificativa, poderá configurar a recusa no fornecimento e a consequente anulação da nota de empenho, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.4. Todas as despesas de frete e de entrega correrão por conta do FORNECEDOR.

5.5. O FORNECEDOR e seus agentes deverão se apresentar munidos de documento de identidade e roupas compatíveis com a sobriedade da órgão, sendo proibida a entrada com shorts, microssaias, camisetas sem manga, chinelos, transparências, etc.

5.6. Caso o FORNECEDOR não efetue a entrega no prazo de 30 (trinta) dias corridos poderá a Administração decidir por manter o contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis, desde que o fornecedor comprove por meio idôneo que fará ou fez o envio do(s) material(is), ainda, poderá de forma motivada decidir pela rescisão contratual, garantindo em qualquer caso o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO

7.1. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR poderá ser convidado a fornecer o material registrado, no todo ou em parte, mediante emissão de nota de empenho e requisição de material pelo ADQUIRENTE, observadas as condições fixadas neste instrumento e nas determinações contidas na legislação pertinente.

7.2. A contratação será sempre representada por nota de empenho, na forma do artigo 62, *caput*, e § 4º, da Lei 8.666/1993, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento do documento pelo FORNECEDOR, o que poderá ser realizado por meio de mensagem eletrônica.

7.3. Como condição para emissão da nota de empenho, será consultada a regularidade do FORNECEDOR perante a Receita Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Justiça do Trabalho, além de ausência de registros impeditivos para a contratação, mediante consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa – CNIA/CNJ e à Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União.

7.3.1. Os comprovantes de regularidade e da ausência de registros impeditivos poderão ser substituídos por extrato válido e atualizado do Sicafe e pela Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica.

7.4. Aplica-se às contratações de fornecimento decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III da Lei n. 8.666/1993, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

8.1. O FORNECEDOR realizará a entrega dos materiais registrados na presente Ata, de acordo com a quantidade solicitada pelo ADQUIRENTE, sendo-lhe assegurada a quantidade mínima de cada item, quando cabível, na forma e limites estabelecidos nesta Ata.

8.2. A entrega da nota de empenho e outras comunicações serão realizadas por correio eletrônico, por meio do endereço eletrônico informado na proposta comercial pelo FORNECEDOR, sendo de sua responsabilidade exclusiva o acompanhamento e a atualização dos dados perante o Órgão Gerenciador.

8.3. O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, pela Seção de Segurança, Vigilância e Transporte – Sevit, após conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado.

8.3.1. A entrega parcial do material não suspenderá o prazo de entrega do material restante, sendo insuficiente para afastar eventual multa moratória ou inexecução parcial.

8.4. Não serão recebidos materiais com marca e modelo diversos da apresentada na proposta comercial do FORNECEDOR no certame licitatório.

8.5. Após o recebimento provisório do material, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, será realizado o RECEBIMENTO DEFINITIVO, com ateste na Nota Fiscal Eletrônica pelo Supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte, caso os materiais entregues estejam em conformidade com as especificações contidas no edital da licitação e na proposta do FORNECEDOR.

8.6. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o material deverá ser substituído, por conta e ônus do FORNECEDOR, em no máximo 5 (cinco) dias corridos, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao material encaminhado pelo FORNECEDOR em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

8.6.1. A recusa será formalizada mediante termo de recusa de material, emitido pelo gestor da Ata, com a anotação do motivo da recusa.

8.6.2. Aplicar-se-á ao material substituto o mesmo processo de verificação de compatibilidade utilizado para o RECEBIMENTO DEFINITIVO do material inicialmente entregue.

8.6.3. O prazo para substituição do material recusado não será considerado e nem computado como prorrogação do prazo de entrega original.

8.7. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade do FORNECEDOR pela qualidade e funcionamento integrais do material, cabendo-lhe sanar as irregularidades detectadas no prazo de validade e de garantia do produto, salvo se decorrentes de comprovado mau uso pelo ADQUIRENTE.

8.8. O material entregue deverá estar em perfeito estado de conservação, sem manchas, amassados, riscos, arranhões, não apresentando quaisquer danos, alterações ou avarias internas ou externas.

8.9. Será de responsabilidade exclusiva do FORNECEDOR o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos ou despesas administrativas ou judiciais decorrentes de danos causados aos órgãos adquirentes desta Ata ou a terceiros, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados ou prepostos e relacionados com o cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado através de depósito em conta-corrente do FORNECEDOR, mediante apresentação da nota fiscal, até o 10º (décimo) dia útil após o ateste da referida nota, pelo Gestor da Ata de Registro de Preços.

9.2. O recebimento e a aceitação dos materiais serão atestados pelo gestor da Ata de Registro de Preços, no corpo da nota fiscal (verso ou anverso), ou através de certidão avulsa, sendo esta condição indispensável a que

se processe o pagamento.

9.3. No texto da nota fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. descrição do material entregue, com sua quantidade, valor unitário e total;
- b. o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho;
- c. nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e
- d. informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1.244/12.

9.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento susinado até que do FORNECEDOR tome as medidas saneadoras.

9.5. Para fins de pagamento consultar-se-á on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, ou se verificará a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, o FORNECEDOR será informado para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pelo ADQUIRENTE, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.6. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo de já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

9.7. No caso de atraso de pagamento, desde que o FORNECEDOR não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo ADQUIRENTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

9.8. O ADQUIRENTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pelo FORNECEDOR, nos termos deste instrumento.

9.9. Ficam sob inteira responsabilidade do FORNECEDOR os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

9.10. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal do Brasil, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA

10.1. O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte – Sevit ou respectivo substituto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Sujeitam-se às penalidades descritas nesta cláusula, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.666/93, artigos 86 e 87, na Lei n. 10.520/02, artigo 7º, e no Decreto n. 10.024/2019, artigo 49, o FORNECEDOR, que incidir em:

- a. não assinar a Ata de Registro de Preços ou não aceitar/retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b. não entregar a documentação exigida no Edital;
- c. apresentar documentação falsa;
- d. atrasar a execução ou entrega do objeto;
- e. inexecutar parcial ou totalmente o objeto contratado;
- f. não manter a proposta;
- g. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- h. comporta-se de modo inidôneo;
- i. declarar informações falsas; e
- j. cometer fraude fiscal.

11.2. As sanções acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para Registro de Preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

11.3. Não assinar a Ata de Registro de Preços ou não aceitar/retirar a nota de empenho.

11.3.1. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor a ser empenhado e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

11.4. Atrasar a execução do contrato relativo à entrega/substituição do objeto.

11.4.1. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor empenhado em atraso, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

11.5. Atraso na execução do contrato relativo à entrega de material superior a 20 (vinte) dias corridos em que a Administração decida por manter o contrato.

11.5.1. Pena: multa de 0,6% (seis décimos por cento) do valor empenhado em atraso, por dia de atraso. Até 20 (vinte) dias corridos será calculado conforme item 11.4.1.

11.6. Atraso na execução do contrato relativo os demais prazos estipulados ou descumprimento de obrigações no Termo de Referência – Anexo I.

11.6.1. Pena: multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor empenhado, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos, ou 2% (dois por cento) do valor empenhado, por ocorrência, por descumprimento.

11.7. Inexecução total do contrato pela não entrega de material, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias corridos.

11.7.1. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do material não entregue e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

11.8. Apresentar documentação falsa, execução ou fornecimento do objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

11.8.1. Pena: impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento, ou da aplicação das demais sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993.

11.9. Não manutenção, no momento da lavratura do contrato, durante toda a execução do pacto contratual ou no momento dos pagamentos mensais, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o Sicaf, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

11.9.1. Pena: multa de 5% (cinco por cento) do valor dos bens que deveriam ser empenhados ou daqueles já empenhados, conforme o caso.

11.10. Descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento, inclusive de determinações, baseados nos instrumentos norteadores da contratação, do gestor do contrato.

11.10.1. Pena: multa de 1% (um por cento) do valor da nota de empenho.

11.11. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pelo ADQUIRENTE, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

11.12. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União – GRU, emitida pelo FORNECEDOR, no prazo de 5 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a Justiça Federal descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

11.13. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente – até o último dia do mês anterior ao do pagamento – e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

11.14. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pelo FORNECEDOR, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

11.15. O FORNECEDOR, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

11.16. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total.

11.17. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o FORNECEDOR apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

11.18. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO ADQUIRENTE

12.1. Caberá ao ADQUIRENTE desta Ata:

- a. Requisitar o fornecimento dos materiais mediante emissão e entrega de nota de empenho de despesa ao FORNECEDOR da Ata de Registro de Preços. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo nesta Seccional e recursos orçamentários disponíveis;
- b. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais entregues por meio do gestor da Ata de Registro de Preços;
- c. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo gestor da Ata de Registro de Preços, do qual deverá consignar a razão da recusa dos materiais;
- d. Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato

por parte do ADQUIRENTE não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR em relação ao mesmo;

- e. Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
- f. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo FORNECEDOR;
- g. Aplicar ao FORNECEDOR as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- h. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações e repactuações;
- i. Designar pessoa para gerir, acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais previstos nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

13.1. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata:

- a. Receber a nota de empenho enviada pelo gestor da Ata de Registro de Preços, por meio físico ou eletrônico, consignando a data de recebimento e responsável, no prazo de até 02 (dois) dias após a remessa;
- b. Entregar os materiais no prazo estipulado neste instrumento, acompanhada da nota fiscal;
- c. Substituir os materiais recusados no prazo estipulado neste instrumento;
- d. Comunicar ao gestor da Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- e. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo ADQUIRENTE;
- f. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo ADQUIRENTE;
- g. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes dos termos contratados;
- h. Manter, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Os preços registrados nesta Ata somente poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao ADQUIRENTE promover as negociações junto ao FORNECEDOR, observadas as disposições relativas ao reequilíbrio econômico-financeiro contidas no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/1993.

14.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ADQUIRENTE convocará o FORNECEDOR para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

14.2.1. Caso o FORNECEDOR não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

14.2.2. Aplica-se o disposto neste item aos fornecedores que compõem a Ata de Formação do Cadastro de Reserva – Anexo I, devendo ser observada, na ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, a classificação original.

14.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR não puder cumprir o compromisso, o ADQUIRENTE poderá:

- a. liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

14.4. Não havendo êxito nas negociações, o ADQUIRENTE deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.5. O registro do FORNECEDOR será cancelado quando:

- a. descumprir as condições previstas na Ata de Registro de Preços e no Edital e seus anexos;
- b. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d. sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 87 da Lei 8.666/1993 ou artigo 7º da Lei 10.520/2002.

14.6. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do item anterior será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de eventual aplicação das penalidades estabelecidas nesta Ata.

14.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a. por razão de interesse público; ou
- b. a pedido do FORNECEDOR.

14.8. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses previstas no Decreto 7.892/2013, sendo todas as alterações formalizadas por intermédio de Termo Aditivo, ressalvas as decorrentes de redução do preço registrado, as quais poderão ser efetuadas por Apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

16.1. A presente Ata de Registro de Preços fundamenta-se nas Leis 10.520/2002 e 8.666/1993, nos Decretos 7.892/2013, 10.024/2019 e 3.555/2000, e nas demais normas regulamentares aplicáveis ao objeto, vinculando-se, independentemente de transcrição, ao Edital do Pregão Eletrônico n. 18/2020 e anexos, constante do

Processo Eletrônico Administrativo n. 0003875-03.2018.4.01.8012, bem como à proposta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. O ADQUIRENTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Oficial da União, na forma do parágrafo único do artigo 61 da Lei n. 8.666/1993.

17.2. A Ata de Registro de Preços será publicada na íntegra no sítio eletrônico da Seção Judiciária de Rondônia, disponível no endereço: <http://portal.trfl.jus.br/sjro/transparencia/licitacoes/licitacoes.htm>.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As questões ou dúvidas decorrentes desta Ata de Registro de Preços, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Porto Velho/RO, na Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ALINE FREITAS DA SILVA
Diretora da Secretaria Administrativa
Pelo ADQUIRENTE

HABIB EL MOALLEM
Representante Legal
Pelo FORNECEDOR

ANEXO I – CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES

Considerando o disposto na Seção XXIV do Edital do Pregão Eletrônico n. 18/2020, segue abaixo rol das licitantes participantes e não desclassificadas que manifestaram interesse e aceitaram cotar os bens com preços iguais aos da licitante vencedora, para o(s) item(ns) desta Ata de Registro de Preços, na sequência da classificação do certame, nos termos do artigo 11, inciso II, do Decreto n. 7.892/2013.

No entanto, não houve interessados para Formação do Cadastro de Reserva, conforme documento 12043440.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Freitas da Silva, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 23/12/2020, às 16:28 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Habib El Moallem, Usuário Externo**, em 28/12/2020, às 10:53 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trfl.jus.br/portaltrfl/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **12052395** e o código CRC **037970EA**.



Av. Presidente Dutra, 2203 - Bairro Centro - CEP 76805-902 - Porto Velho - RO - www.trfl.jus.br/sjro/

0003875-03.2018.4.01.8012

12052395v3